

Regime de férias, faltas e licenças — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31/03, com as respectivas alterações;

Código do Procedimento Administrativo — Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11 com as alterações do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31/01;

Modernização Administrativa — Decreto-Lei n.º 135/99, de 22/04 com respectivas alterações;

6.4 — Os candidatos que obtiverem na Avaliação Curricular e na Prova de Conhecimentos classificação inferior a 9,5 valores serão excluídos dado o carácter eliminatório deste método de selecção.

6.5 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular (AC), da Prova de Conhecimentos (PC) e da Entrevista Profissional de Selecção (EPS), bem como o sistema de classificação final e respectiva fórmula classificativa de cada referência constam da respectiva acta de reunião de júri, a qual será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

6.6 — Em caso de igualdade de classificação proceder-se-á ao desempate nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7 — As falsas declarações serão punidas nos termos legais.

8 — As listas de candidatos e de classificação final, serão afixadas no placard da DARH. Os candidatos serão convocados para a realização dos métodos de selecção nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar a toda e qualquer forma de discriminação.

10 — Tendo sido consultada a Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública (GERAP), no âmbito da mobilidade especial, conforme previsto na Portaria n.º 1499-A/2007 de 21 de Novembro, foram observados, para as respectivas referências a concurso, os preceitos constantes no artigo 41 de Lei 53/2006 de 07/12, cujos procedimentos de selecção decorreram no dia 07 de Agosto para a Ref.ª H, códigos de oferta: P20083432 e P20083433, e no dia 08 de Agosto para a Ref.ª A código de oferta P20083385 e Ref.ª E código de oferta P20083426. Aquando dos referidos procedimentos não se verificou a existência de qualquer candidato com perfil adequado ao preenchimento dos respectivos lugares, conforme consta da documentação que integra cada processo.

11 — De acordo com artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de Julho e do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 238/99 de 25 de Junho, o júri do concurso tem a seguinte composição para cada uma das referências:

Presidente de Júri: Dr. Paulo Alexandre Meireles Alves Machado — Vereador, para todas Referências, que será substituído pelo 1.º Vogal efectivo nas suas faltas e impedimentos.

Vogais efectivos: Dra. Maria Dulce Lóia Boieiro Constantino — Chefe da Divisão de Administração e Recursos Humanos e Dra. Fernanda Paula Barreira Costa, Técnica Superior de História Assessora, para a Ref.ª A; Dra. Helena Isabel Teixeira Machado, Técnica Superior de Biblioteca e Documentação de 1.ª Classe e Dra. Fernanda Paula Barreira Costa, Técnica Superior de História Assessora, para a Ref.ª E; Dra. Maria Dulce Lóia Boieiro Constantino — Chefe da Divisão de Administração e Recursos Humanos e Dra. Cláudia Alexandra de Oliveira Arroiteia Santos — Técnica Superior de Administração Pública e Autárquica de 2.ª Classe para a Ref.ª H.

Vogais suplentes: Dra. Maria Dulce Lóia Boieiro Constantino — Chefe da Divisão de Administração e Recursos Humanos, para todas as referências em que não seja vogal efectivo, onde será vogal suplente a Dra. Cláudia Alexandra de Oliveira Arroiteia Santos — Técnica Superior de Administração Pública e Autárquica de 2.ª Classe e Dra. Célia Maria Custódio Batata Batista — Técnica Superior de 2.ª Classe, para todas as referências.

11 de Agosto de 2008. — O Vereador do Pelouro, *Paulo Alves Machado*.  
300657294

## CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

### Aviso n.º 22319/2008

#### Contrato de trabalho a termo resolutivo certo

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, se torna público que por meu despacho de 8 de Agosto de 2008, foi celebrado contrato

de trabalho a termo resolutivo certo, nos termos da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho e n.º 1 do artigo 139.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, com a 1.ª classificada da Oferta Pública de Emprego publicitada através do Jornal O Ribatejo de 4 de Julho de 2008, Inês Margarida Figueiredo Russo dos Santos Marcelino Diogo, pelo período de seis meses, com efeitos a partir de 18 de Agosto de 2008, para o desempenho de funções de Arquitecto/Técnico Superior de 2.ª Classe, escalão 1, índice 400 da escala salarial aprovada para as carreiras/categorias do regime geral da função pública.

11 de Agosto de 2008. — O Presidente da Câmara, *José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes*.

30065269

## CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA

### Aviso n.º 22320/2008

Para os devidos efeitos, e em cumprimento do disposto na alínea *a*), do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, se anuncia que, na sequência de concurso interno de acesso limitado, aberto por aviso afixado em 29 de Fevereiro de 2008 e de acordo com a ordenação da respectiva lista de classificação final, nomeei, por meu despacho datado de 6 de Agosto de 2008, na categoria referenciada, os seguintes candidatos:

José Luís Santos Lopes, Arquitecto Principal;  
José Fernando Augusto Rosa, Arquitecto Principal;

7 de Agosto de 2008. — Por delegação do Presidente da Câmara, a Vereadora responsável pela área de Recursos Humanos, *Carla Tavares*.  
300656184

## CÂMARA MUNICIPAL DE AVIS

### Aviso n.º 22321/2008

#### Concursos internos de acesso geral para provimento de lugares no quadro de pessoal

Para os devidos efeitos se torna público que por meu despacho de 11/08/2008, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concursos internos de acesso geral para provimento dos lugares a seguir indicados:

1 — Número e Designação dos lugares

Referência A — Assistente Administrativo Principal — 1 lugar  
Referência B — Técnico Superior de 1.ª Classe (Turismo) — 1 lugar

2 — Local de trabalho — Toda a área do Município de Avis

3 — Validade do concurso — Apenas para as vagas colocadas a concurso

3 — Condições de admissão

Referência A — As previstas na alínea *a*), n.º 1, artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98 de 18/12, alterado e republicado pela Lei n.º 44/99 de 11/06, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30/12.

Referência B — As previstas na alínea *c*), n.º 1, artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98 de 18/12, alterado e republicado pela Lei n.º 44/99 de 11/06, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30/12.

5 — Métodos de Selecção

Referência A — Prova Escrita de Conhecimentos Teóricos, Prova Prática de Informática, Avaliação Curricular e Entrevista Profissional de Selecção.

Referência B — Prova Escrita de Conhecimentos, Avaliação Curricular e Entrevista Profissional de Selecção.

6 — Entrevista Profissional de Selecção

A Entrevista Profissional de Selecção tem em vista avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais dos candidatos, avaliando-se a capacidade de relacionamento, motivação e interesse profissional, conhecimento da função e capacidade de iniciativa.